



Para mais informações, entre em contato com:
Ellen Wilson, +1 301-466-3205 ou ewilson@burness.com
Susan Tonassi, +1 202-716-9665 ou stonassi@burness.com

EMBARGADO ATÉ 24 DE OUTUBRO, ÀS 13:01 Brasília / 12:01 EDT/6:01 CET

Metas de Mudança Climática em Risco: O progresso não é suficiente para se fazer cumprir os compromissos urgentes de desmatamento e restauração até 2030, aponta avaliação anual sobre florestas

Países estão defasados no cumprimento das metas florestais de Glasgow, recursos para proteger e restaurar florestas precisam aumentar 200 vezes. Apenas a Ásia tropical, liderada pela Indonésia, está no caminho certo

WASHINGTON, D.C. (24/10/2022) — O desmatamento global diminuiu modestos 6,3% em 2021, ficando aquém das metas internacionais de suspensão da perda e da degradação florestais para 2030 e a limitação das mudanças climáticas a 1,5 °C, de acordo com a Forest Declaration Assessment (Avaliação da Declaração Florestal) divulgada hoje. O desmatamento bruto global totalizou 6,8 milhões de hectares em 2021 – uma área comparável em tamanho à Irlanda – e gerou 3,8 GtCO₂e em emissões associadas de GEE.

Há um ano, nas negociações sobre mudanças climáticas (COP26) da Organização das Nações Unidas (ONU) em Glasgow, uma série de promessas ambiciosas foram feitas para as florestas – marcadamente, 145 países assinaram a Declaração dos Líderes de Glasgow com o objetivo de deter e reverter a degradação e a perda de florestas até 2030. No entanto, após um ano, a falta de transparência sobre a forma como essas promessas estão sendo cumpridas – como a redução dos impactos florestais causados pelo comércio internacional e o fortalecimento dos direitos de posse de terras de Povos Indígenas e comunidades locais – dificulta tanto a responsabilização quanto o progresso real.

A avaliação (anteriormente chamada de Declaração de Nova York sobre Florestas), coordenada por uma coalizão de membros da sociedade civil e organizações de pesquisa, fornece uma dose de realidade sobre o estado e o destino dessas florestas: nem um único indicador global está no rumo certo para cumprir os Objetivos para 2030 de deter a perda e a degradação florestais e restaurar 350 milhões de hectares de paisagem florestal. Os melhores guardiões das florestas – Povos Indígenas e comunidades locais – permanecem excluídos da tomada de decisões e de muitas oportunidades de financiamento para proteção e defesa de

seus territórios. Os recursos para proteger e restaurar florestas deve aumentar 200 vezes face aos níveis atuais para que as metas florestais sejam atingidas.

"Vários fluxos de dados mostram que o mundo não está no rumo certo para cumprir os compromissos de proteção das florestas. Estamos nos movendo rapidamente para outra rodada de compromissos inexpressivos e florestas em extinção", sentenciou David Gibbs, pesquisador adjunto de GIS do Global Forest Watch e do World Resources Institute (WRI).

"O mundo não pode permitir que 2030 repita o marco frustrante de 2020 da Declaração de Florestas de Nova York", avaliou Franziska Haupt, sócia-diretora da Climate Focus. "Os setores público e privado devem adotar reformas enérgicas para valorizar as florestas em pé proporcionalmente ao seu valor. E devem trabalhar em conjunto com a sociedade civil para acelerar as ações florestais, sustentados pela transparência e responsabilização".

Progressos excepcionais em alguns países provam que as metas para 2030 são possíveis

A Forest Declaration Assessment é uma iniciativa independente liderada pela sociedade civil para avaliar o progresso em direção às metas globais de deter o desmatamento e restaurar 350 milhões de hectares de terras degradadas até 2030, conforme estabelecido em declarações internacionais como a Declaração de Nova York sobre Florestas (2014) e a Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso do Solo (2021).

Utilizando dados sobre desmatamento de 2018 a 2020 para criar uma linha de referência, a avaliação observou que a diminuição do desmatamento global em 2021 não correspondeu ao ritmo necessário para atingir a meta de eliminação do desmatamento até 2030, estabelecida no compromisso de Glasgow. Houve, ainda assim, um progresso excepcional por parte de alguns países. A avaliação constatou que a Ásia tropical é a única região atualmente no rumo certo para frear o desmatamento até 2030, tendo como base, principalmente, o progresso da Indonésia (o único país a reduzir sua taxa de desmatamento nos últimos cinco anos) e da vizinha Malásia.

Na África tropical, Gana e Costa do Marfim reduziram significativamente o desmatamento gerado por commodities em 2021, enquanto Uganda e Tanzânia reduziram o desmatamento em geral. Embora as taxas de desmatamento na África tropical e na América Latina tenham diminuído nos últimos anos, essas reduções ainda são insuficientes para atingir a meta de 2030.

Nas regiões onde houve progresso, o crédito pode ser compartilhado entre ordens governamentais e uma fiscalização efetiva, ações enérgicas e colaborativas de empresas e esforços inovadores liderados pela sociedade civil e por iniciativas de base. O aumento da ação colaborativa e obrigatória sobre as florestas tem sido eficaz em reverter o curso do desmatamento.

Povos Indígenas e comunidades locais (PIs e CLs) estão na vanguarda da proteção e salvaguarda das florestas, apesar dos riscos significativos que enfrentam nessas ações. Resguardar os direitos dessas comunidades e garantir o acesso direto ao financiamento são as soluções climáticas mais eficazes que devem ser aplicadas de forma mais ampla. As terras administradas por PIs e CLs têm resultados ambientais e sociais em geral melhores do que quando organizações externas exercem esse controle sobre as florestas. Ainda assim, PIs e CLs não estão adequadamente incluídos nas políticas, e o reconhecimento e a aplicação de seus direitos ainda são frágeis.

A cobertura florestal aumentou em alguns lugares, mas o avanço do desmatamento supera esse progresso

Embora o desmatamento global continue em ritmo acelerado, a cobertura florestal também aumentou cerca de 130,9 milhões de hectares entre 2000 e 2020 – uma área um pouco maior que a do Peru – com ganhos líquidos em 36 países. Entretanto, os ganhos em cobertura florestal nunca compensarão a perda florestal em termos de armazenamento de carbono, biodiversidade e serviços ecossistêmicos. A perda de florestas primárias não pode ser simplesmente substituída por atividades de reflorestamento ou florestamento, de acordo com o relatório. As florestas que estão atualmente intactas devem permanecer intactas.

A avaliação destaca que as florestas são fundamentais para regular e reestabelecer o clima global, com as florestas tropicais desempenhando um papel imenso nesse sentido. A eliminação do desmatamento até 2030 é um marco importante para se atingir a meta de Paris, pois as mudanças no uso do solo, incluindo desmatamento e degradação, representam cerca de 10% a 12% das emissões globais.

“A Forest Declaration Assessment representa outro sinal de alerta de que os esforços para deter o desmatamento não são suficientes e que não estamos em vias de cumprir nossas metas para 2030. Não há caminho para atingir a meta de 1,5 °C estabelecida no Acordo de Paris ou reverter a perda de biodiversidade sem deter o desmatamento e a conversão. É hora de uma liderança ousada e de soluções enérgicas para reverter essa tendência alarmante”, alerta Fran Price, líder global de práticas florestais da World Wide Fund for Nature.

É necessário um financiamento 200 vezes maior para as florestas

Atualmente, está sendo concedido menos de 1% do financiamento necessário para proteger e restaurar as florestas. Hoje, o financiamento nacional e internacional de mitigação para florestas é em média de US\$ 2,3 bilhões anuais, enquanto o total necessário é de cerca de 460 bilhões anuais.

PIs e CLs recebem muito menos financiamento do que suas necessidades estimadas para a garantia de direitos de posse e a preservação dos ecossistemas em seus territórios – apenas 3% dessa necessidade está sendo atendida anualmente.

As promessas feitas em 2021 demonstram uma ambição maior. Se totalmente implementadas, elas quadruplicariam o financiamento anual para florestas, para US\$ 9,5 bilhões anuais entre 2021 e 2025. No entanto, isso ainda está longe do que é necessário, e ainda não há informações disponíveis sobre como essas promessas serão cumpridas.

“Governos, instituições financeiras, empresas e instituições filantrópicas que assumem compromissos financeiros devem unir seus esforços de marketing a essas promessas com transparência”, afirma Erin Matson, consultora sênior da Climate Focus. “Neste momento, o progresso climático permanece tão ilusório quanto o financiamento climático, mas a transparência pode nos dar uma compreensão de até onde temos que ir para entrar nos eixos e com que rapidez precisamos nos mover”.

A ação voluntária não é suficiente; determinações são necessárias para nivelar o campo de jogo para as empresas

Apenas um quarto das grandes empresas globais do setor agrícola anunciaram uma política clara, abrangente e ambiciosa para eliminar o desmatamento de suas cadeias de suprimentos. Dessas empresas, menos de 20% estão perto de cumprir seus compromissos. O setor de mineração recentemente avançou na adoção de políticas e padrões que enfrentam os impactos na biodiversidade, mas, em geral, ainda está muito atrás do setor agrícola.

Instrumentos jurídicos e políticos robustos — como moratórias, uma fiscalização sólida, políticas de conservação inteligentes e maior transparência e responsabilização — protegem as florestas. O relatório aponta como evidência as reduções notáveis no desmatamento em vários períodos desde 2004, quando essas ferramentas foram empregadas na Indonésia, Gana, Costa do Marfim, Gabão, Guiana e Brasil. No entanto, algumas dessas conquistas foram revertidas – principalmente no Brasil – ou correm o risco de reversão, à medida que os países eliminam ou retrocedem os ganhos em políticas por meio de emendas propostas ou adotadas recentemente.

Reformas legais vigentes nos principais países florestais, como a República do Congo, a República Democrática do Congo (RDC) e o Peru, fortaleceram o reconhecimento e a proteção dos direitos de PIs e CLs. Porém, muitos dos principais países florestais também enfraqueceram a proteção legal dos direitos de PIs e CLs por meio de mudanças regulatórias e legislativas, e estes ainda enfrentam violações de seus direitos e territórios, bem como violência e marginalização.

“Este relatório é outro lembrete gritante de que restam apenas oito anos para cumprir as metas florestais globais de 2030 de interromper o desmatamento e restaurar terras degradadas. A ação das empresas não está ocorrendo na velocidade e escala necessárias para deter e reverter as perdas naturais e limitar o aquecimento global em conformidade com os objetivos do Acordo de Paris. Criar esse impulso exige maior e melhor divulgação das empresas e os sinais e incentivos certos dos governos, dos investidores e dos consumidores”, salienta Thomas Maddox, diretor global de florestas e terras do CDP.

“Desde nossa primeira avaliação, de 2016, observamos pouco progresso na remoção do desmatamento das cadeias de suprimentos corporativas”, observou Franziska Haupt. “O potencial da ação voluntária por parte de empresas ainda não foi atingido, mas vimos êxito onde uma governança forte encontra o esforço genuíno de empresas por meio de ações alinhadas, inclusivas e colaborativas. Aí é que está o verdadeiro desafio, e quando poderemos finalmente mudar a trajetória global em direção às metas florestais de 2030”.

###